

Ata da Reunião Plenária Ordinária nº 3186, de 24 de agosto de 2026. Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC reuniu-se em Sessão Plenária Ordinária, nos termos do art. 14 do Regimento Interno, sob a presidência da conselheira Patrícia Lueders, tendo como vice-presidente a conselheira Simone Schramm e como secretário da Mesa Diretora o conselheiro Celso Lopes de Albuquerque Junior, com a participação dos conselheiros titulares: Adelcio Machado dos Santos; Alex CleidirTardetti; Ana Cláudia Collaço de Mello; Antônio Carlos Nunes; Claudio Luiz Orço; Diogo Raimundo Martins; Felipe Felisbino; Luciane BisogninCeretta; Luiz Carlos Vieira; Maurício Fernandes Pereira; MehranRamezanali; Moisés Diersmann; Natalino Uggioni; Osvaldir Ramos; Solange Salete Sprandel da Silva; Sônia Regina Victorino Fachini; e Tito Lívio Lermen; bem como da conselheira suplente Débora Carla Melo e Pimenta, conforme folha de presença. A presidente declarou aberta a sessão, saudou os conselheiros e registrou a presença da professora Márcia Cristina Sardá Espíndola, presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE, acompanhada do secretário-executivo da entidade, professor Paulo Ivo Koehntopp, bem como da professora Luciane BisogninCeretta, secretária de Estado da Educação e conselheira deste Conselho, acompanhada de integrantes da equipe da Secretaria de Estado da Educação. Na sequência, informou que, em razão da necessidade de a professora Márcia retirar-se antes do encerramento da reunião, a Ordem do Dia seria iniciada pela apresentação da presidente da ACAFE.**ORDEM DO DIA:** Inicialmente, a professora Márcia Cristina Sardá Espíndola realizou a apresentação intitulada “A importância da ACAFE para o Ensino Superior de Santa Catarina”. Ao iniciar sua exposição, destacou a relevância das instituições comunitárias para a educação e para o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do Estado, ressaltando a presença histórica da ACAFE em Santa Catarina e sua atuação articulada com as diferentes regiões catarinenses. Informou que a ACAFE reúne quatorze instituições de ensino superior, sendo doze comunitárias e duas públicas, a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, pública municipal, e a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Registrou que a ACAFE possui mais de cinquenta anos de história e que a FURB, instituição mais antiga do sistema, possui mais de sessenta anos de atuação. Ressaltou que as instituições comunitárias não possuem finalidade lucrativa e, por isso, reinvestem seus resultados na própria instituição e na comunidade, priorizando a qualidade da formação, a pesquisa, a extensão, a inovação e o desenvolvimento regional. A presidente da ACAFE apresentou dados relativos à capilaridade do sistema, destacando a presença das instituições em cinquenta e três municípios, a oferta de aproximadamente setecentos e dez cursos de graduação, a existência de laboratórios, bibliotecas com cerca de três milhões de títulos e aproximadamente cento e quarenta mil estudantes matriculados, em sua maioria em cursos presenciais. Salientou que a distribuição regional

45 das instituições contribuiu para que o desenvolvimento de Santa Catarina
46 ocorresse de maneira descentralizada, de acordo com as vocações
47 econômicas e sociais de cada região, permitindo que os estudantes
48 permanecessem próximos de suas comunidades, nelas se formassem,
49 empreendessem e contribuíssem para o desenvolvimento local. No campo da
50 pesquisa, destacou a existência de programas de mestrado e doutorado, a
51 formação de mestres e doutores, a iniciação científica e a atuação da
52 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina –
53 FAPESC, cuja presença e cujos editais vêm alcançando diferentes regiões do
54 Estado. Ressaltou que os investimentos em pesquisa têm possibilitado a
55 qualificação de laboratórios, a aquisição de equipamentos, a retenção de
56 pesquisadores e a participação das instituições em programas de fomento
57 nacionais e internacionais. Na área da extensão, enfatizou que as instituições
58 comunitárias mantêm projetos financiados pelas próprias universidades, com
59 atendimento à população em clínicas, núcleos de prática jurídica, serviços de
60 saúde, ações de formação de professores e atividades destinadas às escolas e
61 às comunidades, alcançando mais de setecentas mil pessoas. Destacou,
62 ainda, a importância dos cursos de Medicina e das demais graduações da área
63 da saúde para a ampliação e a qualificação do atendimento nas diferentes
64 regiões catarinenses. Em seguida, a professora Márcia abordou o Programa
65 Universidade Gratuita, implantado no segundo semestre de 2023, destacando
66 que o programa representa uma política de inclusão, permanência e
67 desenvolvimento do Estado. Informou que aproximadamente sessenta e oito
68 mil estudantes são beneficiários do programa e ressaltou que esse número
69 corresponde a oportunidades de formação em áreas como Medicina,
70 Odontologia, Medicina Veterinária, Computação, Engenharias e Licenciaturas.
71 Comparou os números do programa com o quantitativo de estudantes
72 matriculados na UDESC e na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,
73 observando a dimensão da política pública e seu potencial de transformação
74 social. Salientou que todas as instituições integrantes do sistema registraram
75 crescimento no número de matrículas após a implantação do programa, com
76 alteração significativa do perfil socioeconômico dos estudantes e ingresso de
77 jovens que anteriormente não se percebiam como parte do ensino superior. A
78 professora explicou, também, a etapa de contrapartida dos beneficiários já
79 formados, informando que os estudantes devem prestar atividades em
80 entidades públicas ou sem fins lucrativos, conforme plano de trabalho, na
81 proporção de vinte horas para cada mês de benefício, observado o limite de
82 quatrocentas e oitenta horas. Registrou que havia, naquele momento, quatro
83 mil setecentos e noventa e um beneficiários egressos, dos quais dois mil
84 duzentos e dezoito realizavam a contrapartida e seiscentos e cinquenta e dois
85 já a haviam concluído. Destacou que essa etapa amplia a relação entre as
86 instituições de ensino e a comunidade e permite que o investimento público
87 retorne à sociedade por meio da atuação qualificada dos profissionais
88 formados. A professora Márcia destacou, ainda, a situação das licenciaturas,

89 informando que, em 2026, Engenharias e Licenciaturas foram definidas como
90 áreas prioritárias do Programa Universidade Gratuita. Observou, contudo, que,
91 apesar da prioridade, ainda existem dificuldades para a formação de turmas em
92 diversas licenciaturas, especialmente nas áreas distintas de Pedagogia e
93 Educação Física, o que exige a adoção de novas estratégias de incentivo à
94 formação de professores. Ao final, ressaltou que o ensino superior constitui
95 fator decisivo para o desenvolvimento regional, a inovação, a produção
96 científica, a formação profissional e a melhoria da qualidade de vida da
97 população catarinense, reafirmando a disposição da ACAFE para colaborar
98 com as políticas públicas estaduais. Após a apresentação, a presidente Patrícia
99 Lueders agradeceu à professora Márcia e ao professor Paulo Ivo pela
100 participação, destacando a importância de o Conselho conhecer, de forma
101 sistematizada, a atuação da ACAFE e o impacto das instituições comunitárias
102 no desenvolvimento de Santa Catarina. Em seguida, foi aberto espaço para
103 manifestações dos conselheiros. O conselheiro Natalino Uggioni parabenizou a
104 expositora e ressaltou a contribuição histórica das instituições comunitárias
105 para o desenvolvimento catarinense, especialmente pela interiorização do
106 ensino superior e pela formação de profissionais nas diferentes regiões. O
107 conselheiro recordou a relevância da presença das instituições nas
108 comunidades e destacou a necessidade de ampliar a divulgação das
109 oportunidades oferecidas pelo Programa Universidade Gratuita. A conselheira
110 Débora Carla Melo e Pimenta observou que a distribuição regional das
111 instituições comunitárias contribuiu para a descentralização do
112 desenvolvimento catarinense e ressaltou a necessidade de que esse impacto
113 seja reconhecido para além dos espaços educacionais, alcançando os setores
114 econômico, social e de inovação. Informou, ainda, que a Comissão de
115 Educação Superior havia analisado o acompanhamento das metas do Plano
116 Estadual de Educação relacionadas ao ensino superior, observando que,
117 embora a maioria das metas tivesse sido alcançada, permaneciam desafios
118 relacionados à formação de professores e ao preenchimento das turmas de
119 licenciatura. A conselheira Solange Salete Sprandel da Silva registrou a
120 importância histórica da atuação do Conselho Estadual de Educação na
121 criação e no acompanhamento das instituições comunitárias e destacou que o
122 desenvolvimento regional de Santa Catarina está diretamente relacionado à
123 presença dessas instituições. Ressaltou o caráter histórico da reunião, que
124 reunia o Conselho Estadual de Educação, a Secretaria de Estado da Educação
125 e a ACAFE em torno da discussão sobre a educação superior e o
126 desenvolvimento do Estado. A conselheira Maria Helena Zimmermann relatou
127 sua experiência como egressa da FURB e destacou as dificuldades
128 enfrentadas, no passado, para cursar o ensino superior, bem como a
129 importância da interiorização das instituições para a democratização do
130 acesso. Mencionou a implantação do curso de Medicina na região do Alto Vale
131 e enfatizou o impacto da formação superior na vida das pessoas e no
132 desenvolvimento das comunidades. A vice-presidente Simone Schramm

133 parabenizou a presidente da ACAFE e relatou experiências familiares
134 relacionadas à formação de profissionais pelas instituições comunitárias.
135 Destacou a contribuição das universidades para a formação humana, o
136 compromisso social dos estudantes e a atuação dos egressos em benefício
137 das comunidades. Ressaltou, também, que o Programa Universidade Gratuita
138 amplia o acesso ao ensino superior e representa importante investimento no
139 desenvolvimento de Santa Catarina. O conselheiro Luiz Carlos Vieira
140 cumprimentou a expositora e destacou a importância do ensino superior
141 regionalizado para a formação profissional e para o desenvolvimento
142 econômico e social do Estado. Na sequência, o conselheiro Celso Lopes de
143 Albuquerque Junior registrou sua condição de egresso da Universidade do
144 Contestado – UNC, atualmente Universidade Alto Vale do Rio do Peixe –
145 UNIARP, e relatou que sua trajetória profissional foi profundamente
146 influenciada pela oportunidade de cursar o ensino superior em uma instituição
147 comunitária do interior. Destacou a relevância da ACAFE para a
148 democratização do acesso à educação superior e parabenizou a presidente da
149 entidade e toda a equipe envolvida na implantação e no desenvolvimento do
150 Programa Universidade Gratuita. O conselheiro Maurício Fernandes Pereira
151 parabenizou o Governo do Estado pela criação do Programa Universidade
152 Gratuita e ressaltou a dimensão histórica da iniciativa. Destacou a necessidade
153 de divulgar o sistema ACAFE aos estudantes do ensino médio, especialmente
154 aos concluintes da rede estadual, mediante visitas às instituições,
155 apresentação dos cursos e aproximação entre as universidades e as escolas.
156 Sugeriu, ainda, a realização de estudo sobre o impacto econômico e social das
157 instituições comunitárias no desenvolvimento catarinense, incluindo o
158 acompanhamento dos egressos, das empresas criadas e das contribuições
159 produzidas para o Estado. O conselheiro Moisés Diersmann ressaltou a
160 importância histórica da interiorização do ensino superior e relatou sua
161 experiência como egresso de instituição comunitária e como professor da rede
162 estadual. Defendeu o fortalecimento da articulação entre a educação básica, a
163 educação profissional e o ensino superior, especialmente por meio da
164 apresentação das possibilidades de formação técnica e universitária aos
165 estudantes desde os anos finais do ensino fundamental. Destacou a
166 necessidade de estimular os estudantes a conhecerem laboratórios, cursos e
167 áreas profissionais, possibilitando a construção de itinerários formativos
168 relacionados às vocações regionais. O conselheiro Mehran Ramezanali
169 ressaltou a contribuição das instituições comunitárias para o desenvolvimento
170 das cidades catarinenses e para a formação de profissionais que atuam no
171 Estado, no País e no exterior. Destacou a importância da continuidade das
172 políticas públicas de apoio ao ensino superior e parabenizou a ACAFE pelo
173 trabalho desenvolvido ao longo de sua história. A presidente Patrícia Lueders
174 agradeceu novamente à professora Márcia e ao professor Paulo Ivo,
175 registrando que a apresentação seria compartilhada com os conselheiros e
176 poderia subsidiar futuras discussões e documentos do Conselho. Na

177 sequência, a professora Márcia despediu-se dos participantes. Dando
178 continuidade à Ordem do Dia, a presidente passou a palavra à professora
179 Luciane Bisognin Ceretta, secretária de Estado da Educação, para a
180 apresentação dos dados do IDEB 2025. A secretária iniciou sua exposição
181 destacando que os resultados do IDEB são fruto do trabalho realizado por
182 professores, gestores, equipes pedagógicas, estudantes, famílias,
183 coordenadorias regionais e demais profissionais da educação. Ressaltou que o
184 indicador deve ser analisado com base em seus componentes,
185 compreendendo a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e
186 Matemática e o fluxo escolar, composto pelas taxas de aprovação, reprovação
187 e abandono. A secretária apresentou dados relativos aos investimentos
188 realizados na educação pública estadual, informando que a aplicação de
189 recursos correspondia a 25,29% em 2023, 25,49% em 2024, 29,76% em 2025
190 e 30,34% em 2026, com previsão de encerramento do exercício em
191 aproximadamente 31%. Mencionou, ainda, investimentos adicionais
192 relacionados ao FUNDESC, à gratuidade do ensino superior e à aplicação
193 integral dos recursos do FUNDEB na folha de pagamento dos professores.
194 Destacou que os investimentos alcançaram também a valorização profissional,
195 a infraestrutura escolar, a climatização das salas de aula, a revitalização e
196 ampliação das escolas, a instalação de sistemas de segurança, a melhoria da
197 conectividade, a distribuição de notebooks aos professores, o fornecimento de
198 uniformes e materiais escolares, o transporte escolar e a alimentação
199 escolar. No que se refere à valorização dos profissionais da educação, informou
200 que o Estado realizou concursos públicos para a contratação de professores e
201 servidores da educação, bem como ações de descompactação da tabela
202 salarial e reajustes. Destacou a importância da formação continuada,
203 mencionando a ampliação do número de professores participantes de
204 programas de mestrado e doutorado. Abordou também a necessidade de
205 atenção à saúde mental dos profissionais da educação, diferenciando as
206 ausências relacionadas a situações de saúde das faltas injustificadas e
207 registrando a redução expressiva das faltas após a implantação de medidas de
208 acompanhamento e valorização da presencialidade e do correto preenchimento
209 da documentação escolar. A secretária apresentou os resultados do IDEB de
210 2025, destacando que a rede estadual de Santa Catarina alcançou evolução
211 em todos os níveis de ensino. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede
212 estadual passou de 5,8, em 2023, para 6,3, em 2025. Nos anos finais, passou
213 de 4,6 para 5,0, e no ensino médio, de 3,8 para 4,3. Considerando o conjunto
214 das redes de ensino de Santa Catarina, os anos iniciais passaram de 6,4 para
215 6,7; os anos finais apresentaram evolução em relação ao resultado anterior; e o
216 ensino médio passou de 4,2 para 4,5. Ao comparar a evolução do desempenho
217 entre 2023 e 2025, a secretária informou que a rede estadual apresentou
218 crescimento de 8,6% nos anos iniciais, 8,7% nos anos finais e mais de 13% no
219 ensino médio. Destacou que o ensino médio constitui importante desafio,
220 especialmente quanto à permanência e à conclusão dos estudantes. Informou

221 que Santa Catarina alcançou o terceiro melhor IDEB do País nos anos iniciais,
222 ficou em quarto lugar nos anos finais, em empate com outros Estados, e
223 alcançou a sétima colocação no ensino médio, em empate com o Ceará. A
224 secretária também apresentou dados de reprovação, esclarecendo que o fluxo
225 escolar integra a composição do IDEB. Informou que, nos anos iniciais, Santa
226 Catarina apresentou índice de reprovação de 1,4%, tanto no total do Estado
227 quanto na rede estadual, enquanto o índice nacional foi de 1,5%. Nos anos
228 finais, o Estado apresentou 3,6%, a rede estadual 4,5% e o Brasil 2,9%. No
229 ensino médio, Santa Catarina apresentou 6,6%, a rede estadual 7,4% e o
230 Brasil 3%. Ressaltou que tais dados devem ser considerados na interpretação
231 dos resultados e que a melhoria da aprendizagem deve estar associada à
232 redução das desigualdades e à progressão dos estudantes com efetiva
233 aprendizagem. Em relação à participação no Sistema de Avaliação da
234 Educação Básica – SAEB, informou que o número de escolas participantes
235 aumentou de 703, em 2023, para aproximadamente 921 escolas em 2025, com
236 elevação da participação dos estudantes de 75% para 87%. Destacou que a
237 ampliação da participação, acompanhada da melhoria do desempenho,
238 constitui resultado relevante da mobilização das escolas, das famílias, das
239 coordenadorias regionais e dos profissionais da educação. Apresentou, ainda,
240 dados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, ressaltando que
241 Santa Catarina registrou evolução significativa em Língua Portuguesa e que
242 Matemática permanece como desafio nacional e estadual, apesar da melhoria
243 observada. Na sequência, a secretária apresentou as ações desenvolvidas para
244 a recuperação e o fortalecimento das aprendizagens. Relatou a realização de
245 diagnósticos estruturados, simulados para os estudantes, devolutivas
246 pedagógicas aos professores, organização dos núcleos pedagógicos,
247 programas de recomposição das aprendizagens, formação de professores e
248 gestores e acompanhamento contínuo dos resultados. Informou que os
249 simulados diagnósticos alcançaram aproximadamente cento e vinte e oito mil
250 estudantes e que milhares de professores de Língua Portuguesa e Matemática
251 participaram das formações e das devolutivas pedagógicas. Entre os programas
252 apresentados, mencionou o Alfabetiza Santa Catarina, o Aprender Mais, o
253 Tempo Certo, o fortalecimento da aprendizagem para estudantes não
254 alfabetizados do quinto ao nono ano e o Mais Tempo Mais Saber, relacionado
255 à ampliação da educação em tempo integral. Explicou que o Programa
256 Aprender Mais atende estudantes do ensino fundamental e do ensino médio no
257 contraturno, com reforço em Língua Portuguesa e Matemática; que o Programa
258 Tempo Certo busca atender estudantes com distorção idade-série; e que o
259 programa de fortalecimento da aprendizagem atua na alfabetização, no
260 letramento e nas operações básicas. Sobre a educação em tempo integral,
261 informou que, em 2025, havia setenta e cinco escolas e aproximadamente dez
262 mil quatrocentos e cinquenta e dois estudantes atendidos. Em 2026, o
263 atendimento foi ampliado para quinhentas e dezenove escolas e
264 aproximadamente oitenta e oito mil cento e vinte e um estudantes, alcançando

cerca de cento e dezoito mil estudantes quando incluídas as atividades do contraturno relacionadas à educação empreendedora. Destacou que a rede estadual já atingiu a marca de 50% das escolas com oferta de educação em tempo integral. Apresentou os diferentes formatos do programa Santa Catarina Integral, contemplando o ensino fundamental, o ensino médio, os cursos técnicos, as modalidades e diversidades curriculares e as atividades formativas de contraturno. A secretária informou, ainda, a ampliação do ensino técnico, a atuação da Escola de Formação de Professores e a oferta de formação continuada. Registrou que, até julho de 2026, aproximadamente sessenta e cinco mil professores, integrantes das equipes pedagógicas e gestores haviam participado de ações formativas, com mais de três mil horas de capacitação ofertadas. Destacou a importância da formação presencial, do investimento na carreira docente e da articulação entre formação, infraestrutura, acompanhamento pedagógico e melhoria da aprendizagem. Ao final, a secretária afirmou que os principais desafios para os próximos anos consistem em recuperar as aprendizagens, melhorar o desempenho, reduzir as desigualdades, ampliar a educação integral, fortalecer o ensino técnico integrado ao ensino médio, dar continuidade aos programas de aprendizagem, ampliar a formação continuada e valorizar a carreira dos professores. Agradeceu a atenção dos conselheiros e solicitou o apoio do Conselho na divulgação dos dados e na construção de soluções para os desafios da educação pública catarinense. A presidente Patrícia Lueders agradeceu a apresentação da secretária e destacou que os dados apresentados constituem importante subsídio para a atuação do Conselho Estadual de Educação. Ressaltou que o IDEB deve ser compreendido de maneira ampla, considerando a proficiência, o fluxo escolar, a participação dos estudantes e as condições concretas de ensino e aprendizagem. Registrou o reconhecimento ao trabalho dos professores, gestores, equipes técnicas e demais profissionais da rede estadual. Na sequência, conselheiros realizaram manifestações e formularam questionamentos sobre os resultados apresentados, os investimentos, a formação de professores, a educação integral, o ensino médio, a reprovação, a recomposição das aprendizagens e as estratégias de acompanhamento das escolas prioritárias. A secretária e integrantes de sua equipe prestaram os esclarecimentos solicitados e destacaram a continuidade das ações de monitoramento, formação e apoio às escolas. Encerradas as apresentações e as manifestações relacionadas à Ordem do Dia, a presidente solicitou ao secretário da Mesa Diretora que procedesse à leitura dos informes da Secretaria. **EXPEDIENTE:** O secretário da Mesa Diretora, conselheiro Celso Lopes de Albuquerque Junior, cumprimentou os presentes e informou que a sessão prosseguiria com a apreciação do processo previsto na pauta. Em seguida, procedeu à leitura do processo com terminalidade no plenário. **PROCESSO DE RECURSO: 01. Processo SED 167672/2026, juntado ao Processo SED 112826/2026 e ao Documento SED 169678 – Associação Waldorf Garopaba Rudolf Steiner – Garopaba – SC.** Objeto:

309 recurso em face da decisão proferida no Parecer CEE/SC nº 181/2026,
310 aprovado em 8 de junho de 2026, que trata do credenciamento da Escola
311 Amaré e da autorização para o funcionamento do Curso de Ensino
312 Fundamental – anos iniciais, no Município de Garopaba, publicizado pela
313 Portaria nº 2.118, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº
314 22.780, de 23 de junho de 2026. Relatora: Débora Carla Melo e Pimenta. A
315 relatora apresentou relatório e voto, esclarecendo que o recurso foi interposto
316 com fundamento no art. 13 da Resolução CEE/SC nº 18/2018 e que, verificada
317 a regularidade formal e a tempestividade, o recurso deveria ser conhecido. No
318 mérito, analisou os argumentos da recorrente, especialmente as alegações de
319 que as pendências estruturais e documentais teriam sido sanadas, de que teria
320 ocorrido nova visita técnica, de que a instituição possuía natureza comunitária
321 e sem fins lucrativos, de que a transferência dos estudantes produziria
322 prejuízos pedagógicos e emocionais e de que deveria ser celebrado termo de
323 saneamento. A relatora destacou que, à época da decisão recorrida, a
324 instituição já se encontrava em funcionamento, mantendo turmas dos anos
325 iniciais do ensino fundamental, com aproximadamente vinte estudantes, sem
326 credenciamento e sem autorização para funcionamento expedidos pelo
327 Conselho Estadual de Educação. Registrou, ainda, a ausência ou insuficiência
328 de alvará sanitário, alvará do Corpo de Bombeiros, alvará municipal de
329 localização e funcionamento, banheiro acessível, biblioteca, espaço adequado
330 para alimentação, organização da secretaria escolar, sistema de escrituração e
331 guarda da documentação escolar e livros e registros escolares necessários.
332 Ressaltou que a proposta pedagógica poderia apresentar mérito, mas que as
333 pendências documentais, administrativas e estruturais, somadas ao
334 funcionamento irregular, impediam o deferimento do pedido. A relatora
335 consignou que o recurso previsto no art. 13 da Resolução CEE/SC nº 18/2018
336 se destina ao reexame dos autos e deve basear-se nos elementos existentes à
337 época da decisão recorrida, não podendo ser utilizado como instrumento para
338 apresentação de documentação nova destinada a alterar posteriormente a
339 situação fática. Observou que fotografias, novos alvarás, registros
340 reorganizados e informações decorrentes de visita técnica posterior poderiam
341 ser apresentados em novo processo administrativo, mas não poderiam produzir
342 efeito retroativo nem convalidar o funcionamento irregular ocorrido
343 anteriormente. Destacou, também, que a natureza associativa, comunitária ou
344 sem fins lucrativos da mantenedora não afasta a exigência legal de
345 credenciamento e autorização, assim como a adoção da pedagogia Waldorf
346 não constitui exceção às normas educacionais aplicáveis. A relatora analisou,
347 ainda, a alegação de prejuízo aos estudantes em caso de transferência,
348 reconhecendo que tais preocupações deveriam ser consideradas pelas
349 autoridades educacionais, mas ressaltando que não poderiam servir de
350 fundamento para validar ou prolongar a oferta de ensino sem autorização.
351 Enfatizou que a proteção integral dos estudantes exige sua matrícula em
352 instituição regularmente credenciada, autorizada e submetida à supervisão do

353 poder público. Quanto ao pedido subsidiário de celebração de termo de
 354 saneamento, concluiu que tal instrumento não poderia ser utilizado para
 355 autorizar, ainda que provisoriamente, o funcionamento de instituição que iniciou
 356 e manteve atividades sem os atos autorizativos exigidos. Ao final, a relatora
 357 votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento,
 358 mantendo integralmente o Parecer CEE/SC nº 181/2026, que denegou o
 359 credenciamento da Escola Amaré e a autorização para o funcionamento do
 360 Curso de Ensino Fundamental – anos iniciais, mantidos pela Associação
 361 Waldorf Garopaba Rudolf Steiner, no Município de Garopaba. Em discussão, a
 362 presidente parabenizou a relatora pela dedicação, pelo cuidado na análise dos
 363 autos e pela fundamentação apresentada. A conselheira Maricelma Simiano
 364 Jung, cuja manifestação foi registrada na discussão, também parabenizou a
 365 relatora e destacou que já havia realizado visita à instituição em 2025, ocasião
 366 em que foram identificadas diversas deficiências estruturais e pedagógicas.
 367 Ressaltou que, mesmo após a mudança de endereço, permaneciam
 368 pendências relacionadas às condições sanitárias, à infraestrutura, à
 369 alimentação, à biblioteca e aos espaços destinados às atividades físicas,
 370 enfatizando que a proposta pedagógica não afastava a necessidade de
 371 assegurar condições mínimas de segurança e funcionamento escolar. A
 372 relatora esclareceu que sua análise observava a legislação e os documentos
 373 constantes dos autos, registrando a necessidade de que a instituição
 374 promovesse a regularização antes de apresentar novo pedido. Submetido à
 375 votação, o voto da relatora foi aprovado por unanimidade dos presentes, com a
 376 denegação da solicitação e a manutenção integral do Parecer CEE/SC nº
 377 181/2026. Foi atribuído ao processo o Parecer CEE/SC nº
 378 247/2026. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Nas explicações pessoais, o
 379 conselheiro Maurício Fernandes Pereira convidou os conselheiros e os
 380 servidores para participarem de reunião do Conselho do FUNDEB, a ser
 381 realizada no dia seguinte, às dezesseis horas e trinta minutos, em formato on-
 382 line, com apresentação sobre os desafios da educação em Santa Catarina sob
 383 a perspectiva do Tribunal de Contas. Informou que o link da reunião seria
 384 encaminhado ao grupo de comunicação dos conselheiros. Não havendo outras
 385 manifestações em explicações pessoais, a presidente Patrícia Lueders
 386 declarou encerrada a Sessão Plenária, quando, passei a lavrar a presente Ata,
 387 que vai, a seguir, assinada por mim e por todos os conselheiros presentes.
 388 Florianópolis (SC), 24 de agosto de 2026. Conselheiro Celso Lopes de
 389 Albuquerque Junior, Secretário da Mesa Diretora do CEE/SC.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **06V5RFT5**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ADELICIO MACHADOS DOS SANTOS** (CPF: 533.XXX.619-XX) em 15/09/2026 às 14:42:39
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:11:16 e válido até 13/07/2118 - 13:11:16.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **DIOGO RAIMUNDO MARTINS** (CPF: 040.XXX.959-XX) em 15/09/2026 às 15:22:14
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/02/2024 - 13:22:04 e válido até 15/02/2124 - 13:22:04.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **TITO LÍVIO LERMEN** (CPF: 200.XXX.320-XX) em 15/09/2026 às 15:36:33
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:12:17 e válido até 13/07/2118 - 15:12:17.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SIMONE SCHRAMM** (CPF: 399.XXX.189-XX) em 15/09/2026 às 15:51:42
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:44:48 e válido até 30/03/2118 - 12:44:48.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **FELIPE FELISBINO** (CPF: 000.XXX.469-XX) em 15/09/2026 às 16:42:54
Emitido por: "SGP-e", emitido em 31/05/2019 - 17:26:50 e válido até 31/05/2119 - 17:26:50.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ANA CLÁUDIA COLLAÇO DE MELLO** (CPF: 674.XXX.059-XX) em 15/09/2026 às 17:02:26
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:15:54 e válido até 13/07/2118 - 13:15:54.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **PATRICIA LUEDERS** (CPF: 027.XXX.569-XX) em 15/09/2026 às 17:21:52
Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/10/2020 - 16:08:04 e válido até 19/10/2120 - 16:08:04.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SOLANGE SALETE SPRANDEL DA SILVA** (CPF: 609.XXX.039-XX) em 15/09/2026 às 21:26:11
Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/03/2023 - 13:24:41 e válido até 22/03/2123 - 13:24:41.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEX CLEIDIR TARDETTI** (CPF: 033.XXX.349-XX) em 16/09/2026 às 07:56:28
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/04/2023 - 16:36:55 e válido até 18/04/2123 - 16:36:55.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ELIZABETE TEREZINHA PIOTTO KITAMURA** (CPF: 015.XXX.688-XX) em 16/09/2026 às 09:38:03
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/10/2020 - 16:59:05 e válido até 21/10/2120 - 16:59:05.
(Assinatura do sistema)



Assinaturas do documento



NATALINO UGGIONI (CPF: 481.XXX.699-XX) em 16/09/2026 às 13:07:13

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/03/2020 - 13:31:43 e válido até 02/03/2120 - 13:31:43.

(Assinatura do sistema)



OSVALDIR RAMOS (CPF: 306.XXX.269-XX) em 16/09/2026 às 14:10:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:52:34 e válido até 13/07/2118 - 14:52:34.

(Assinatura do sistema)



LUCIANE BISOGNIN CERETTA (CPF: 490.XXX.110-XX) em 16/09/2026 às 15:44:00

Emitido por: "SGP-e", emitido em 04/08/2022 - 17:13:56 e válido até 04/08/2122 - 17:13:56.

(Assinatura do sistema)



MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA (CPF: 887.XXX.279-XX) em 17/09/2026 às 15:49:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:48:06 e válido até 13/07/2118 - 14:48:06.

(Assinatura do sistema)



SÔNIA REGINA VICTORINO FACHINI (CPF: 091.XXX.298-XX) em 20/09/2026 às 20:07:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/01/2023 - 17:40:57 e válido até 10/01/2123 - 17:40:57.

(Assinatura do sistema)



LUIZ CARLOS VIEIRA (CPF: 406.XXX.891-XX) em 21/09/2026 às 12:14:28

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/06/2026 - 13:12:39 e válido até 10/06/2126 - 13:12:39.

(Assinatura do sistema)



MEHRAN RAMEZANALI (CPF: 420.XXX.729-XX) em 22/09/2026 às 10:59:25

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/03/2023 - 16:26:01 e válido até 21/03/2123 - 16:26:01.

(Assinatura do sistema)



CELSO LOPES DE ALBUQUERQUE JUNIOR (CPF: 017.XXX.759-XX) em 22/09/2026 às 16:20:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/01/2020 - 17:43:42 e válido até 20/01/2120 - 17:43:42.

(Assinatura do sistema)



CLAUDIO LUIZ ORÇO (CPF: 621.XXX.409-XX) em 28/09/2026 às 18:23:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/03/2023 - 16:27:44 e válido até 21/03/2123 - 16:27:44.

(Assinatura do sistema)



MOISÉS DIERSMANN em 29/09/2026 às 08:49:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/11/2022 - 15:38:11 e válido até 14/11/2122 - 15:38:11.

(Assinatura do sistema)



ANTÔNIO CARLOS NUNES (CPF: 179.XXX.909-XX) em 29/09/2026 às 15:36:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/10/2020 - 13:36:27 e válido até 22/10/2120 - 13:36:27.

(Assinatura do sistema)



Assinaturas do documento



Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VEXzcwNTRfMDAwMTI4MzJfMTI4MzdfMjAyMF8wNIY1UkZUNQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SED 00012832/2020** e o código **06V5RFT5** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.